



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - Foi semana passada, e não deu quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Não é 22 de dezembro, não; é 22 de novembro. Novembro. O RECINE só vence 31 de dezembro. Então, nós temos 40 dias...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Nós temos 40 dias para votar. Eu me comprometo com V.Exa.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - Aceitando, aceitando apelos aqui, concordamos com o acordo. Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Não, mas eu quero deixar o compromisso da Presidência: se na terça-feira não tiver quórum, eu chamo na quarta; se não tiver, eu chamo na quinta, chamo na segunda.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Vamos concordar, RECINE, então, para depois, para o dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Então, vamos aos PLNs.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) - Invertendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Vai ficar na ordem que está aqui a sequência na votação dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - **Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 18/2017, CN: crédito suplementar de 232 milhões 807 mil 540 reais para despesa relacionada a serviço de informática no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e do Instituto Nacional do Seguro Social.**



Ao projeto não foram apresentadas emendas. Há o Parecer nº 15, de 2017, da CMO. A Relatora foi a Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, que concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

Em discussão o projeto nos termos do parecer.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS-SC) - Sr. Presidente, na condição de Relatora, eu preciso pedir um adendo de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Para se fazer o adendo de plenário, Deputada, eu tenho que ter mais uma vez a anuência dos Líderes. A Mesa não assume a responsabilidade pelo Plenário. Está aqui o projeto, e houve um acordo em relação a ele. Eu vou perguntar aos Líderes se há acordo em relação ao adendo de apenas 300 mil reais a mais.

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Pois não.

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Apenas para explicar aos Líderes, Deputado Bohn Gass. Esse adendo é um pleito do Deputado Kaio Maniçoba, de uma emenda impositiva dele de 300 mil reais, que ele colocou para o Município de Tufilândia. É no mesmo (*Ininteligível.*). Ele só está pedindo para tirar de Tufilândia para botar em Igarapé Grande, no mesmo valor de 300 mil reais, dele para ele mesmo, o Deputado Kaio Maniçoba.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Líder André Moura, a Mesa está fazendo o papel...

Se as assessorias aqui atrás me deixarem trabalhar, eu vou pedir... Então, vou encerrar a sessão. Eu não consigo trabalhar aqui atrás! Perdoem-me, mas eu



não posso dar atenção a 600 Parlamentares quase, e há mais 50 assessores aqui atrás.

Eu queria dizer, para esclarecer ao Plenário, que há primeiro um projeto de 232 milhões, 807 e 540 mil. E a Deputada, que foi a Relatora, Deputada Carmen Zanotto, pede um adendo a esse PLN 18 de 300 mil reais — não são 300 milhões, mas 300 mil reais.

Eu vou consultar o Plenário: a complementação dos 300 mil reais, que o Deputado Líder do Governo no Congresso, já concordou... Não há objeção.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Tem acordo, Presidente?

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) - Tem acordo.

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE) - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Portanto, eu vou dar a palavra à Deputada para ela fazer o relatório.

Tem a palavra V.Exa.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse adendo de plenário é pedido do nobre Deputado Juscelino Filho, autor da emenda impositiva, que está solicitando uma suplementação e um cancelamento. O cancelamento no item 10.122, Programática 20154525: Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde do Município de Tufilândia, no Maranhão, no valor de 300 mil reais. Esse cancelamento está suplementando o mesmo valor para apoio e manutenção da unidade de saúde no Município de Igarapé Grande, também no Estado do Maranhão.



Sr. Presidente, não há nenhuma alteração nesse PLN. O texto aprovado, recebido do Governo, não teve nenhuma emenda parlamentar na Comissão Mista de Orçamento.

O que nós estamos pedindo é esse adendo do próprio autor, de um Município para outro, no mesmo item orçamentário.

Peço e apelo aos nobres pares que acolham o pedido de adendo, trazendo para esta Relatora, a pedido do nobre Deputado Juscelino Filho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu me inscrevo contra o projeto.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Tem acordo, Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Calma, calma.

Já foi feito o acordo. Não foram apresentadas emendas ao Parecer nº 15; a Relatora já deu o parecer complementar; não há inscritos para a discussão dessa matéria.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Não, Presidente...

Presidente, Presidente, para o PL 18 eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Está bom.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS) - Sr. Presidente, 1 minutinho aqui.

Sr. Presidente, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Deputado Bohn Gass, está contando o tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto só para comunicar, em nome da bancada do Partido Progressista, a perda de Darcy Pozza, a grande liderança da Serra Gaúcha, ex-Deputado Federal pela ARENA e pelo PDS. Aqui estão os Deputados Simão Sessim, que foi seu colega, e Esperidião Amin.

Faleceu hoje, em Bento Gonçalves, Darcy Pozza, ex-Prefeito daquela cidade e também ex-Deputado desta Casa.

Lamento profundamente esse fato, em nome dos colegas do Partido Progressista.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, nós estamos votando o PLN 18.

Eu só queria deixar registrado aqui que, semelhantes ao PLN 18, há outros projetos de lei do Congresso Nacional com os quais o Governo faz readequação orçamentária e, ao fazer essa readequação orçamentária, retira recursos de programas aprovados por este Congresso que atendem a áreas importantíssimas. Eu vou dar um exemplo, nobres Senadores e Deputados, no caso específico do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18: para se fazer essa adequação orçamentária, retira-se 177 milhões de um programa chamado Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural.



O que eu mais vejo é Deputados do Nordeste — isso também vale para outras regiões do País — falarem que há necessidade de instalação de cisternas, necessidade de instalação de redes de água e necessidade de construção de poços, porque falta água para consumo humano, para as pessoas, e falta água para irrigação na produção de alimentos.

O que faz o Temer? Ele retira, com este projeto, 177 milhões. Para quê? Para atender a interesses localizados, que podem, inclusive, ser de Parlamentares, talvez de Parlamentares que votaram a favor do arquivamento da denúncia, para não processarem o Temer pelos crimes que cometeu.

Eu queria usar esse tempo para chamar a atenção para isto: não há só esse projeto de lei. Antes, subi à tribuna para falar do PLN 33. Até pedi que eu fizesse a Relatoria desse projeto, porque ele desestrutura o Orçamento, que esta Câmara aprovou.

Se esta Câmara e este Congresso não se rebelam contra o Temer, que altera o que nós votamos, retirando de programas sociais, retirando de projetos relativos à água... Eu quero chamar a atenção dos Estados. Eu quero que os colegas Deputados e Senadores que dizem aqui que precisamos de água, precisamos de reservatórios, precisamos de instalações, precisamos, enfim, de um conjunto de políticas públicas para isso percebam que o Temer está tirando, só com este projeto de lei, 177 milhões de reais. Então, nós não podemos concordar com essa lógica de retirar recursos de programas fundamentais.

Quanto ao que disse a Deputada Carmen Zanotto, nós concordamos com a alteração. Mas não faz sentido o Governo fazer um projeto específico de alteração agora por causa de um Parlamentar, de uma emenda. Há outros projetos em curso.



Nós poderíamos, tranquilamente, apreciar isso primeiro na Comissão Mista de Orçamento. S.Exa. foi uma excelente Relatora. Nós trabalhamos juntos na Comissão.

Não faria nenhum sentido o Governo impor essa lógica a uma sessão do Congresso. Não é essa modalidade, esse funcionamento atrapalhado que o Governo impõe aos Deputados...

Para não criar caso em uma situação como essa, em que o valor é pequeno, nós concordamos em alterar a situação para atender a um Parlamentar, mas não faz sentido a sessão do Congresso Nacional ficar parada para resolver uma situação localizada de um Parlamentar. Eu só quero deixar essa sugestão, para isso não virar *modus operandi*. Com isso nós não vamos concordar. Quero dizer ao Líder do Governo que isso não deve virar norma, uma questão normal, uma regra de funcionamento aqui. Com isso não vamos concordar. Nós vamos dar o assentimento apenas neste momento, para esta situação específica sobre a qual nós fomos consultados, até em respeito à relatoria de S.Exa., mas isso não será feito para outros casos. Nós não aceitaremos mais esse procedimento por parte do Governo.

Ao final, faço um alerta. Não podemos retirar recursos de obras importantes, porque isso é um desrespeito ao Congresso. Nós votamos programas importantes para o povo. Se agora o Governo quer alterar o que votamos para fazer atendimento aqui ou acolá, isso não é uma política republicana.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS) - Presidente Eunício Oliveira, V.Exa. me concede um minuto?



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) - Pela ordem de inscrição, o próximo orador é o Deputado Edmilson Rodrigues. Enquanto S.Exa. chega à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Senador Eunício.

Eu queria fazer um comunicado importante sobre a conquista que tivemos hoje na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, onde aprovamos o Projeto de Lei nº 6.717, de 2016, de minha autoria, que trata do porte rural de armas.

Com isso, nós oferecemos segurança para aqueles que trabalham, produzem e vivem no meio rural, e que precisam se proteger para terem condições de executar seu trabalho de suporte à produção primária.

Hoje, esse projeto importante foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor. Eu apenas quero dizer a V.Exa. que há aqui na Casa um acordo permanente de que, quando se vai votando, as pessoas vão se pronunciando.

O plenário está se esvaziando, Sr. Presidente. Quero chamar atenção para isso e pedir a gentileza do Deputado Edmilson Rodrigues para que se processe a votação e, em seguida, ele faça seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Tudo bem. Não há objeção da Mesa.

Dos PLNs na pauta, esse é o único que votaremos nominalmente.



Eu pediria permissão ao Deputado Edmilson Rodrigues, porque o Relator do PLN 28 veio à Mesa para pedir a palavra, pois ele quer fazer uma inversão de uma programática, sem mudança em valores, com anuência de toda a bancada do Mato Grosso, pois é uma questão que envolve o Estado do Mato Grosso.

Então, tem a palavra rapidamente o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou tentar ser sucinto.

Eu fui Relator do PLN 29 e existe um acordo constituído da bancada do Mato Grosso, por se tratar de uma emenda impositiva de bancada, de forma que a bancada do Mato Grosso em sua totalidade indicou a alteração da funcional programática.

Então, em nome do Senador Wellington Fagundes, Líder do bloco, do Coordenador da bancada, Deputado Professor Victório Galli, do Deputado Fábio Garcia, quero fazer essa alteração, encaminhando juntamente o meu voto, pela Comissão de Orçamento, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Complementação.

Está aberto o microfone.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - Deputado Pompeo de Mattos, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Eu não estou conseguindo ser ouvido, Presidente.

Enquanto não entendermos do que se trata esse pedido de alteração, não há acordo com a bancada do PSOL.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - É só uma função programática. Não é valor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Mas eu quero entender a função programática.

Se eles quiserem vir dialogar para que compreendamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Não é nesse item. É em outro item.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - É em outro item. É porque ele pediu a palavra.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Então, preventivamente, eu já estou avisando.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco/DEM-AP) - Deputado Glauber Braga...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Senador Davi Alcolumbre, apresenta ao Deputado Glauber Braga, e eu vou aceitar a sugestão, abrir o painel para que os Deputados possam votar.

Vou conceder a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues e, depois, na sequência, aos Líderes encaminharemos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - Sr. Presidente, posso usar a palavra? (*Pausa.*)

Presidente, posso usar o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Pode usar o tempo.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Eu vou falar apenas desta vez, Presidente, e me referir a outros projetos.



Tenho que escolher, mas não são todos. Eu vou me referir ao Item nº 17, o PLN nº 2, 2017, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União...

Ora, o discurso mais presente hoje, na boca dos Ministros do Governo, inclusive daquele que tem um *offshore* nas permutas, o Meirelles, é de que o País não se sustenta sem reforma da Previdência, mas aqui vários projetos retiram recursos da Seguridade Social, em favor, claro, de outros órgãos do Estado brasileiro.

A SRª GORETE PEREIRA (PR-CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, coloca “sim” para a base.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - Mas como é que se esvazia o sistema de seguridade...

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é “sim” para toda a Base.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Coloque “sim” para toda a Base, Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - ... e, ao mesmo tempo, se pretende fazer reformas que vão inviabilizar a aposentadoria dos trabalhadores?

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE) - “Sim” para toda a Base, por favor.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) - Então, o Item 17 é uma excrescência que se propõe aqui, e nós vamos votar contrariamente.

Por exemplo, retiram-se recursos de gerenciamento das políticas públicas de juventude em favor da Presidência da República, sabe para qual objetivo? Para publicidade! Isso é inadmissível! Sinceramente a bancada do Governo...



No PLN nº 2, no Item 17, é inadmissível que se aceite essa retirada de recursos de um programa tão importante quando nós sabemos que as principais vítimas da violência são jovens. Sessenta por cento — 56% exatamente, segundo a última pesquisa — é o número de jovens com menos de 29 anos que abarrotam as penitenciárias. Em vez de se investir mais em políticas de educação, de lazer, de formação profissional, de microcrédito para a juventude e outras políticas, retira-se para fazer propaganda do Governo, através do gabinete da Presidência.

Há outras coisas, tipo o Item 19, o PLN nº 10. Tiram-se recursos da assistência técnica rural quando se sabe que os cortes do Ministério da Reforma Agrária e dos órgãos afins já foram brutais. Para o ano que vem, o debate na CMO retira 28% dos recursos da reforma agrária. Então, não há reforma agrária, nem há desapropriação em favor de sem-terra, nem há incentivo à produção familiar, nem há assistência técnica.

E vai se colocar para quê? Para pagamento de auxílio moradia de cargos comissionados da burocracia. É inadmissível! Então, fiz questão de usar a palavra para expressar a nossa crítica.

Em terceiro e último lugar, o projeto que está em pauta, o de número 18, retira-se novamente da Seguridade Social em favor do Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Não vai para a estratosfera, mas não é justo esvaziar os recursos da Seguridade Social para, por exemplo, investir em áreas importantes, mas que não justificam esta transferência. Anula em uma para colocar em outro, como é o caso de políticas relacionadas a tecnologias que servirão de base operacional para implementar programas na área agrária e no FAT. São essas as posições.



Eu queria concluir dizendo: *“não passará a reforma da Previdência”*. Eu sou um democrata. O meu sonho é uma sociedade justa, sem classe, sem opressão, mas eu respeito a democracia e respeito o regimento deste Poder, e ninguém duvide disso.

Agora, desobediência civil se se fizer necessário haverá, porque não vão roubar a dignidade dos trabalhadores brasileiros, inviabilizando a aposentadoria de servidores públicos, de camponeses, camponesas, dos trabalhadores em geral. Não vão, porque 1 trilhão agora se pretende dar às petroleiras, mais de 200 bilhões do REFIS, mais 17 do REFIS do FUNRURAL. Não é admissível querer fazer reforma da Previdência para destruir o futuro.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC) - Sr. Presidente.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Sr. Presidente.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Eu tenho que ouvir um de cada vez. Não é possível isso!

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) - Sr. Presidente, quero fazer um pedido de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Calma! V.Exas. podem me ouvir 1 minuto? Os Líderes estão preocupados com o quórum e estão pedindo que esta matéria seja revertida e não seja nominal. Eu só farei isso se houver anuência do Plenário. Muitas vezes eu sou incompreendido aqui, acham que eu



quero dirigir os trabalhos com mão de ferro, mas não é isso. É para que seja dividida a responsabilidade com todos que compõem a Casa e não apenas minha.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Isso, Presidente. Vamos manter a nominal.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Sr. Presidente, se me permite.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Vamos manter a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Então, vamos manter a votação nominal. Não há anuência, então, vamos continuar a votação nominal.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) - Sr. Presidente, quero fazer um pedido de esclarecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - Presidente, orientação do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Eu tenho que fazer a orientação, já que não há acordo.

Como vota o PT?

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Presidente Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Pois não.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-Santa Catarina. Sem revisão do orador.) - Nós fizemos junto com o Líder Andre Moura um processo de acordo que V.Exa. aquiesceu e conduziu. Acho que no procedimento de condução houve um equívoco. O que nós pedimos foi a inversão do item 13 da pauta para ser o primeiro item.

Ninguém pediu verificação no plenário. Nós não pedimos verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Houve um acordo dos Líderes.



O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Houve um acordo, mas era sem verificação, se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Tudo bem. Se não há verificação, não há verificação.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Não há verificação. É isto que eu estou dizendo para V.Exa.

Quando V.Exa. anunciou que iria incluir na pauta o PLN 13 e o PLN 28, aquiescemos em conjunto a votação sem qualquer pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Então, não tem verificação?

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Posso retirar, então, a verificação?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - Presidente, o PDT...

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) - Pode retirar. Este foi o acordo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, da parte do PSOL se mantém a verificação como V.Exa. iniciou.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Mas o PSOL pode sozinho pedir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - O PSOL não tem número...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - O PDT, Presidente...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - A verificação foi dada de ofício pela Mesa...



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Não, não, não.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE) - Não, não, não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Eu termino, eu termino...

(Intervenções simultâneas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Deputado Glauber Braga, vamos falar um de cada vez. Eu vou suspender a votação.

O partido de V.Exa., com todo o respeito a V.Exa. e ao partido de V.Exa., por quem eu tenho até admiração, não tem aqui número para pedir verificação. A Mesa não fez verificação de ofício. Os Líderes pediram, e eles retiram a verificação. Ao retirarem a verificação, e o Regimento permite, então não haverá verificação, a não ser que V.Exa. tivesse apoio para ter a verificação.

A Mesa, de ofício, não está pedindo verificação.

Eu vou cancelar, então...

(Intervenções simultâneas.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - O PDT quer falar, Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE) - Eu gostei do Presidente agora.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB quer orientar. O PSB orienta "sim", e é de acordo que cancele a orientação, senão vai prejudicar recursos para a seguridade social e para o Ministério do trabalho. Eu acho que são recursos muito importantes, que nós não podemos deixar de aprovar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - O PDT, Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE) - Para que fique marcado no Plenário...O PHS, o PHS...



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - O PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Pela Liderança do PDT, V.Exa. vai concordar ou discordar? Só isso. É a consulta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi feito um acordo, e acordo feito é sempre o mais barato, o mais leve. E o acordo é para que não haja votação nominal.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - O PSOL quer orientar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - E nós concordamos com o acordo. Se foi acordado, tem que ser cumprido. Esse é o acordo que foi feito, e o PDT vai cumprir.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - O PSOL quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Eu vou cancelar, porque não há verificação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - O PSOL quer orientar a matéria. Ainda não há orientação do PSOL no painel.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não tem por que orientar se não houve verificação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Orientação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Só 1 minuto. Eu vou dar a palavra.

A SRª GORETE PEREIRA (PR-CE. Sem revisão da oradora.) - Tem que botar em votação.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Eu vou dar a palavra, mas antes eu vou cancelar, a pedido dos Líderes, a votação, porque não querem votação nominal.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - O PSOL não orientou a votação ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Eu vou dar a palavra para o PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - O PSOL quer orientar por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Mas vou cancelar a votação nominal, a pedido dos Líderes da maioria da Casa.

Está cancelada a votação.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Fica aqui a posição do PSOL, porque, quando foi solicitado um acordo, não foi feito o acordo em relação a verificações. É importante que se diga isso.

O que V.Exa. remeteu ao Plenário como indicação de acordo era adiar a análise dos vetos para avaliar os PLNs. Não houve acordo em relação à verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Deputado, desculpe-me. Houve acordo e me trouxeram. V.Exa. não está dirigindo os trabalhos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Deixe-me terminar, Sr. Presidente. Deixe-me terminar a minha orientação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Eu recebi o acordo dos Líderes.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Deixe-me terminar a minha orientação. Não houve solicitação de acordo aos Líderes no plenário de não haver pedido de verificação.

É verdade, V.Exa. está correto, o PSOL não tem número para pedir verificação. Mas, quando V.Exa. se voltou ao Plenário e perguntou se havia um acordo de todos, nós dissemos que não, que não havia acordo com o PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Só quem disse que não concordava foi V.Exa. na sequência. Lamentavelmente não teve apoio do Plenário para pedir verificação. Por isso foi cancelada a verificação.

Passa-se à votação do projeto e do adendo.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários do Deputado Jean Wyllys, da Deputada Luiza Erundina, do Deputado Edmilson Rodrigues, do Bohn Gass, do Deputado Jorge Solla, do Deputado Chico Alencar, do Deputado Afonso Florence, do Deputado Cabo Daciolo, do Deputado Glauber Braga, da Deputada Alice Portugal, do Deputado Chico Lopes, da Deputada Jô Moraes e do Deputado Décio Lima.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Redação final.

Há sobre a mesa parecer que oferece redação final.



Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ) - Peço para orientar a bancada do PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - V.Exa. tem a palavra para orientar a bancada do PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa tentativa de fazer uma votação neste horário sem que a gente possa ter uma discussão profunda sobre as matérias que estão sendo avaliadas não nos parece boa coisa.

O Governo reclama o tempo inteiro e apresenta uma versão oficial de que não tem recursos para a Seguridade, mas ele remaneja recursos da própria Seguridade para dar atendimento a outras fontes, a outras matérias.

Aqui neste plenário, quando há solicitação para atendimentos da base do Governo, não faltam recursos orçamentários. Agora, para o povo brasileiro, na Seguridade Social, Assistência Social, LOAS, Benefício de Prestação Continuada, está sendo faltando recurso.

O PSOL orienta o voto “não” nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Glauber Braga e Edmilson Rodrigues, que levantaram o braço.



Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado o projeto nos termos do adendo.

A matéria vai à sanção presidencial, sendo concedido prazo para a sistematização das decisões do Plenário.

Considerando que os PLNs 13 e 28 foram aprovados na CMO na data de hoje, 08/11/2017, e que há na mesa requerimento de urgência para que o Congresso Nacional aprecie os referidos projetos, consulto o Plenário se podemos incluir esses projetos na pauta, que também foi fruto do acordo.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que aqueles que estão fazendo a defesa desta proposta apresentassem para a bancada do PSOL os seus argumentos.

Se não for dessa forma, não tem acordo para a votação da matéria, nós não vamos votar aquilo do que não temos conhecimento prévio e profundo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Só 1 minuto, por favor.

O Deputado Glauber Braga questiona a inclusão na pauta dos PLNs 13 e 28. Peço ao Líder do Governo, o Senador Raimundo Lira, paciência para explicar ao Deputado Glauber Braga sobre os dois PLNs, pessoalmente.

Enquanto isso, eu vou votar os outros PLNs.